

12º CONGRESSO DOS ARQUITECTOS

Tema: *Arquitectura para Todos: uma Política Pública de Arquitectura para Portugal*

Local: Casa das Artes, Parque de Sinçães, Vila Nova de Famalicão

Data: 10, 11 e 12 de Dezembro

Sessão Sectorial 02. Arquitectura e Cultura

Sessão Sectorial 02 . Subtema: Arquitectura e Cultura . Pequeno Auditório

Painel 02.01: Inovação e Criatividade em Arquitectura

Moderador e Relator: Nuno Grande e Luís Tavares Pereira

Oradores Convidados: Jean Gautier (F), Jorge Barreto Xavier e João Fernandes

Comunicações: João Costa Ribeiro, Cristina Silva e Gonçalo Furtado, Carlos Castanheira

11.12.09

Da essencialidade da arquitectura à sua democratização

Relacionar arquitectura e cultura, tal como relacionar arquitectura e ambiente, temas sectoriais deste Congresso, serão redundâncias. Podemos dizer que não há cultura sem arquitectura ou que não há ambiente sem arquitectura.

Mas será mesmo assim? Realmente, não é assim. É possível uma cultura sem arquitectura como é possível um ambiente sem arquitectura.

Para a verdadeira compreensão de um tema vale sempre a pena considerar a raiz do tema. E a verdade é que a arquitectura não é uma necessidade humana. A arquitectura é uma construção cultural. Quero com isto dizer que se puderam conceber na História comunidades humanas onde a presença da arquitectura não se tornava imperativa ou necessária – falo de comunidades nómadas, algumas das quais subsistem até hoje, nomeadamente, na selva amazónica. Nessas comunidades, há tradições construtivas que estão na mão de toda a comunidade, e que são utilizadas, no dizer

de Levi-Strauss como “bricolage”¹. E citando Levi-Strauss: “ (...) O bricoleur está apto a executar um grande número de tarefas diversificadas, mas diversamente do engenheiro, ele não subordina nenhuma delas à obtenção de matérias-primas e utensílios concebidos e procurados à medida do seu projecto (...)”². Nesse sentido, ao longo da História e ainda hoje se encontram comunidades de “bricoleurs”, sem necessidade de engenheiros ou arquitectos. É o caso da milenar comunidade aborígine africana dos semi-nómadas Kung San do deserto do Kalahari, que vivem entre a Namíbia, o Botswana e Angola, comunidades dizimadas e subjugadas ao longo dos séculos por outros africanos e por europeus e de que ainda hoje subsistem alguns milhares de indivíduos organizados.

Mas é também o caso dos esquimós inuítes, do norte do Canadá, dos índios Desanas do Amazonas, dos Soras da região de Orissa, na Índia.

De acordo com diversas fontes, haverá ainda hoje, em todo o mundo, à volta de cem comunidades indígenas que vivem isoladas e que não sabem da existência ou fogem do encontro com aquilo que chamarei a “sociedade contemporânea”.

A maior parte destas comunidades não pratica a arquitectura. E a única coisa para o que quero chamar a atenção é que a arquitectura não foi uma inevitabilidade no Passado, não é uma inevitabilidade no Presente nem sera uma inevitabilidade no Futuro.

A relação da Arquitectura com a Cultura não é pois espontânea, como não o é com o Ambiente.

¹ Levi-Strauss, Claude, in “La Pensée Sauvage”, ed. Plon, 1962

² idem, págs. 31 e 32, tradução livre a partir do francês

Vivemos tão submersos na cultura urbana que nos esquecemos que, sendo ela dominante, e apesar do processo de sedentarização ter alguns milénios, foi só em 2008 que o número de pessoas a viver em cidades ultrapassou as que vivem nos campos³.

Esquecemo-nos que há modos de vida não urbanos e esquecemos que dominância quantitativa – ou seja, o número de pessoas que vivem de certa maneira – não é o mesmo que excelência como modelo de comunidade ou de vida.

Começa, pois, esta minha comunicação com a definição da arquitectura como imanência urbana – a arquitectura existe enquanto elemento de uma “cultura de cidade”.

Esta declaração de interesse sobre a não fundamentalidade existencial da arquitectura não visa denegri-la, antes, situá-la.

Porque o que declaro aqui sobre a arquitectura se aplica, de forma generalizada, a quase todos os dispositivos dos quais depende a sociedade contemporânea – o carro, a electricidade, o avião, o computador ou mesmo os livros ou a escola pública.

Todas estas coisas são os valores adquiridos da sociedade contemporânea. São, de certa maneira, os seus postulados. E, como se sabe, os postulados não se discutem, aceitam-se, porque são a base sobre os quais se constroem os sistemas. Todavia, não inocentemente, referi, entre outros, o carro, o livro, a escola pública. E sabemos hoje que a existência do livro, tal como ele é concebido desde Gutenberg é hoje questionada, que o carro vai

³ dados da ONU, 2008

sofrer drásticas mudanças construtivas, que a escola pública tem de mudar o paradigma no qual assentou nos últimos cem anos.

Por isso, ao procurar-se neste Congresso uma "arquitectura para todos", de que arquitectura estamos a falar?

Primeiro, tomamos como adquirido que a arquitectura faz parte do nosso modo de vida, mas julgo que não foi demais realçar que esse adquirido corresponde a uma opção cultural.

Depois, ao falarmos de uma arquitectura para todos, estamos a aceitar que nem todos têm acesso à arquitectura. Ora sendo esta afirmação redundante com o tema, não posso deixar de o realçar. Entretanto, não podendo reduzir a arquitectura à habitação queria usar esse aspecto da presença da arquitectura para fazer um comentário: a maior parte dos portugueses têm casa, logo, a reivindicação de uma "arquitectura para todos" não corresponde a "uma casa para todos". O que poderá significar que ter casa não é sinónimo de ter arquitectura. Pois haverá casas feitas por arquitectos e casas feitas por não arquitectos. E será que ter uma casa feita por arquitecto é sinónimo de arquitectura? Poderá aceitar-se que há "boa" e "má" arquitectura e poderá perguntar-se se a "má arquitectura" é arquitectura. Donde a arquitectura para todos se baseia em que fundamento cultural? Ou trata-se só de uma reivindicação corporativa?

Não há tempo para desenvolver esta matéria. Mas seria interessante promover esta discussão da "boa" e da "má" arquitectura e o que ela releva do estético, do ético, do político, do social.

Falando agora da questão da “inovação e criatividade em arquitectura”:

Falarei na perspectiva das políticas públicas para a arquitectura.

As oportunidades de estabelecimento de políticas públicas para a arquitectura correspondem a um leque muito alargado, tão alargado como o seu campo de presença. O estabelecimento de políticas, presume-se, visam melhorar o dispositivo social da area da sua implicação.

Posso dar exemplos:

- - políticas para a melhoria dos procedimentos formais de controlo público dos processos de apresentação de projectos de arquitectura para licenciamento;
- - políticas para a melhoria do estatuto profissional do arquitecto;
- - políticas para a regulação da circulação de arquitectos na Europa e para o seu estabelecimento;
- - políticas para o ordenamento do território;
- - políticas para a sustentabilidade ambiental;
- - políticas para o acesso a habitação para todos;
- - políticas para a conservação e reabilitação de património construído;

Mas prefiro falar de políticas públicas onde a Direcção-Geral das Artes pode dar um contributo, de acordo com as suas competências:

- políticas para a promoção da arquitectura;

- políticas para a criação em arquitectura;
- políticas para a internacionalização da arquitectura portuguesa;
- políticas para o desenvolvimento de uma “cultura arquitectónica”;

Falarei do que estamos a fazer, do que pensamos poder fazer e do consideramos poder ser feito.

- **políticas para a promoção da arquitectura;**
-
- o que estamos a fazer: acções no País e no estrangeiro de estímulo à criação em arquitectura que resultam na sua promoção e de que se falará de seguida;
-
- o que pensamos poder fazer: a promoção directa através de articulações com órgãos de comunicação social;
-
- o consideramos poder ser feito: uma campanha a favor de um “direito à arquitectura”, articuladamente, entre diversas entidades;
-
- **políticas para a criação em arquitectura;**
-
- o que estamos a fazer: a arquitectura, enquanto domínio de criação com valor estético é área de intervenção consagrada legalmente na missão da Direcção-Geral das Artes desde 2007 e nesse contexto tem sido aprofundada a colaboração com a Ordem dos Arquitectos e a Trienal de Arquitectura de Lisboa; a Direcção Geral das Artes financia o prémio anual de arquitectura da Associação Internacional de Críticos de Arte;

- o que pensamos poder fazer: promover incentivos para a presença de exposições de arquitectura em todo o território nacional;
-
- e o que consideramos poder ser feito: uma articulação entre as escolas superiores de arquitectura do País para um melhor conhecimento da diversidade da criação arquitectónica portuguesa;

- **políticas para o desenvolvimento de uma "cultura arquitectónica";**

o que estamos a fazer : os suportes que damos para a criação e internacionalização da arquitectura portuguesa contribuem para uma "uma cultura da arquitectura"; estamos a intervir com projectos em Bairros Críticos na perspectiva de desenvolvimento de um olhar sobre o espaço (*mostrar slide Moov*);

o que pensamos poder fazer: contribuir para uma presença da arquitectura, enquanto dado cultural, no sistema educativo, desde o pré-escolar até o fim do ensino secundário – certamente não se vai ensinar projecto de arquitectura a uma criança de três anos, mas pode começar-se com a consciência da espacialidade, continuar, ao longo do percurso escolar, com o desenho, a história da arquitectura, as correntes de pensamento, as figuras referenciais, a consciência de uma ética e de uma estética urbana;

o que consideramos poder ser feito: uma implementação de conteúdos como os acima referidos de forma coerente e

sistemática nos curricula, de forma articulada e no quadro de políticas nacionais para a arquitectura, ordenamento do território e para a paisagem;

- **políticas para a internacionalização da arquitectura portuguesa;**
- o que estamos a fazer: somos responsáveis pela presença de Portugal na Mostra de Arquitectura da Bienal de Veneza e na Mostra de Arquitectura da Bienal de São Paulo (*mostrar os slides da Bienal de São Paulo*); temos um protocolo de colaboração com o Instituto Tomie Othake, em São Paulo, para a apresentação de exposições, tendo aí organizado em 2008 a primeira exposição do trabalho de Álvaro Siza Vieira no Brasil; temos 32 arquitectos portugueses a estagiar no âmbito do programa Inov-Art em 15 diferentes países, em ateliers de arquitectura;
-
- o que pensamos poder fazer: continuar com o desenvolvimento dos projectos já referidos e contribuir para uma maior presença da arquitectura portuguesa no Brasil e em África;
-
- e o que consideramos poder ser feito: uma campanha internacional para uma sedimentação da marca "arquitECTURA portuguesa";

Para terminar: num momento histórico em que se "sacraliza" a inovação e a criatividade, compete-nos não promover a ideia que ser criativo e inovador é ser diferente porque sim. Em arquitectura, salvaguardando o espaço imprescindível da utopia e do ensaio, há um vínculo iniludível com a responsabilidade social. Esse vínculo

compromete a criatividade e a inovação. Quando digo compromete, não o digo no sentido de limitação mas no sentido de compromisso. Esse compromisso pode levar a opções pela homogeneidade e pela renúncia à espectacularidade. Pode promover exercícios interpretativos em vez de criações a partir do nada. E sempre na percepção do trabalho do arquitecto na relação com equipas multidisciplinares. Acabado o ciclo das catedrais, palácios e fortificações, em plena emersão no ciclo de uma arquitectura urbana espectáculo, descortina-se já um cansaço e uma saturação que pode levar a trajectos mais amigos da rua, do bairro.

Espero com expectativa pela inovação e criatividade que saiba interpretar as variáveis muito complexas que vivemos e resolver com sabedoria o discurso e a sua materialização em ordem a uma cidade (pois mesmo quando falamos de países, é de construção da cidade que falamos) mais democrática, multicultural, mas também identitária e responsável.

E neste contexto, a arquitectura, que no início da minha comunicação considerei não ser inevitável, julgo ser agora essencial, para o exercício de uma democracia mais efectiva, ou seja, uma democracia onde participem, de facto, todos os cidadãos.

Muito obrigado

Jorge Barreto Xavier

11.12.09

-



